

POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOCULTURAL

LARA, Angela Mara Barros^{1*}

¹Universidade Estadual de Maringá
angelalara@ymail.com *

RESUMO

O tema tratado neste texto é a desigualdade sociocultural, tendo como objetivo compreender as políticas públicas e sociais que, engendradas nesta sociedade, formam o escopo para entender este objeto. O problema que motivou este escrito baseou-se no seguinte questionamento: é possível a superação da desigualdade sociocultural na América Latina? A partir dessa questão, foi possível analisar as complexidades que envolvem a região latino-americana no que tange às diferentes formas de desigualdade. As unidades do texto

trabalhadas foram: alguns conceitos de desigualdade observados na região latino-americana, bem como os princípios e fundamentos que os sustentam; o capitalismo monopolista e o papel do Estado e sua refuncionalização na compreensão da desigualdade sociocultural. Nesse sentido, a discussão fundamentou-se nos pressupostos históricos que têm como perspectiva a totalidade, a hegemonia e a mediação. O terceiro e último ponto debatido foi a possível superação da desigualdade sociocultural na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina. Estado. Políticas públicas. Desigualdade sociocultural.

INEQUALITY REDUCTION OF SOCIOCULTURAL POLICY

ABSTRACT

The theme dealt with in this text is the sociocultural inequality, aiming to understand the social and public policies that engendered this society form the scope to understand this object. The problem that motivated this was written was: is possible to overcome the sociocultural inequality in Latin America? From this point it was possible to analyze the complexities involving the Latin American region regarding the different forms of inequality. Text units worked were some inequality concepts observed in the Latin

American region as well as the principles and foundations that support them; monopoly capitalism and the role of the state and its refuncionalization in understanding the sociocultural inequality. In this sense, the discussion was based on historical assumptions which have the prospect the totality, the hegemony and the mediation. The third and final point discussed was the possible overcoming of the sociocultural inequality in Latin America.

KEYWORDS: Latin America. State. Public policy. Sociocultural inequality.

POLÍTICAS PARA LA REDUCCIÓN DE LA DESIGUALDAD SOCIOCULTURAL

RESUMEN

Este estudio trata sobre la desigualdad sociocultural, con el objetivo de entender las políticas públicas y sociales que, engendradas en esta sociedad, constituyen el objetivo de este trabajo. El problema que motivó este escrito fue: ¿La superación de la desigualdad sociocultural en América Latina es posible? A partir de esa cuestión, se analizaron las complejidades que implican la región de América Latina con relación a las diferentes formas de desigualdad. Las unidades de texto con las cuales se trabajó fueron: algunos conceptos de

desigualdad observados en la región de América Latina, así como los principios y fundamentos que los apoyan; el capitalismo monopolista y el papel del Estado y su refuncionalización en la comprensión de la desigualdad sociocultural. En este sentido, la discusión se basó en los presupuestos históricos que tienen como perspectiva la totalidad, la hegemonía y la mediación. El tercer y último punto discutido fue la posible superación de la desigualdad sociocultural en América Latina.

PALABRAS CLAVE: América Latina. Estado. Políticas públicas. Desigualdad sociocultural.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é contribuir para o aprofundamento de um tema fundamental na sociedade contemporânea: a desigualdade sociocultural. Para tanto, busca-se desenvolver, como eixo articulador, a compreensão das políticas públicas e sociais que, engendradas nesta sociedade, formam o escopo para entender o objeto desta discussão, a desigualdade sociocultural.

Em um primeiro momento, serão apresentados alguns dos conceitos de desigualdade observados na região latino-americana, bem como os princípios e fundamentos que os sustentam. O segundo ponto a ser tratado é o capitalismo monopolista e o papel do Estado na compreensão da desigualdade sociocultural. Nesse sentido, a discussão fundamenta-se nos pressupostos históricos que têm como perspectiva a totalidade, a hegemonia e a mediação. O terceiro ponto a ser debatido é o da possível superação da desigualdade sociocultural na América Latina.

A proposta desta discussão torna-se relevante à medida que os debates sobre a temática têm alcançado as esferas nacional e internacional, tornando emergente compreender, na educação, o papel desta singularidade: a desigualdade sociocultural.

2 CONCEITUANDO: FALAR EM DESIGUALDADES...

Cabe salientar que, na América Latina, pode-se valer do trato das desigualdades, ou seja, não é possível falar apenas de uma forma manifesta dessa categoria na sociedade capitalista. Ressalta-se que será necessário apresentar algumas formas de desigualdade, como a “desigualdade social”, a “desigualdade socioeconômica” e a “desigualdade de gênero”, e, a partir delas, refletir sobre a “desigualdade sociocultural”.

No *Dicionário de Sociologia*, o conceito de desigualdades sociais é assim definido:

[...] A desigualdade é uma diferença que os indivíduos e grupos sociais julgam segundo escalas de valor. Um Negro e um Branco diferem pela pigmentação da sua pele. Esta diferença natural não implica qualquer desigualdade. No entanto, em numerosas sociedades cada um deles goza de um estatuto diferente ao qual estão ligadas vantagens e desvantagens. As desigualdades são, pois, essencialmente, sociais e estão ligadas à existência de estratificações econômica, política, de prestígio, etc. [...] Os trabalhos sobre a evolução das desigualdades de certos recursos, tais como o rendimento ou o nível de instrução [...]. Quanto ao problema da origem das desigualdades, recebeu várias respostas contraditórias: além do fundamento natural, em Aristóteles, por exemplo, que

se relaciona com um discurso pré-sociológico, J.-J. Rousseau e Marx viram na propriedade a origem da desigualdade; para É. Durkheim, é a divisão do trabalho; para T. Parsons, a desigualdade é um princípio necessário à manutenção de toda a estrutura social. M. C.-Blau (1977), Boudon (1973), Durkheim (1893), Girod (1984), Tocqueville (1856). (BOUDON et al., 1990, p. 70-71).

Segundo Cattani (2007, p. 74), a desigualdade socioeconômica pode ser pensada com base nas evidências empíricas que caracterizam a relação de polaridade entre pobreza e riqueza:

O fato de que o primeiro é bem mais conhecido que o segundo leva-nos a ressaltar ainda mais dimensões peculiares do que chamamos 'a riqueza substantiva'¹, conceito que indica a natureza dos recursos econômicos que estão acumulados e concentrados em poucas mãos e cujo volume possibilita o exercício do poder em termos renovados no que tange ao controle da sociedade e à concorrência intercapitalista.

O que sugere o autor é que não é possível tratar de desigualdade apenas olhando para um dos lados do problema, ou seja, o compromisso daqueles que discutem a pobreza é conhecer e reconhecer o papel da riqueza nessa análise. Uma não existe sem a outra. Ao se apreender os fundamentos e princípios de uma sociedade que se divide em classes, é fundamental abordar essa polaridade.

Se existe uma desigualdade socioeconômica, é porque a polaridade é real, anacrônica e substancial na sociedade. Nesse sentido, vale ressaltar que “[...] o conhecimento sobre o efetivo abismo social entre as classes, sobre a real distância entre ricos e pobres e sobre as origens de parte do patrimônio dos mais ricos revela-se como um dos maiores desafios para as Ciências Sociais brasileiras” (CATTANI, 2007, p. 79).

Quanto à “desigualdade de gênero”, sabe-se que os primeiros estudos foram elaborados por teóricos clássicos, tais como Lévy-Strauss, Margaret Mead, Bronislaw Malinowsky e Evans-Pritchard. O que cabe salientar é que não se pode, neste texto, devido à sua exiguidade, aprofundar todos os debates teóricos contemporâneos sobre gênero e sexualidade.

[...] Mas é importante referir que, no início dos anos 1990 – coincidindo, portanto, com os primeiros momentos do ciclo de conferências sociais da ONU –, já estavam disponíveis textos que contestavam a dessexualização e impregnação binária das concepções e usos

¹ “Por riqueza substantiva, entendemos os recursos concretos, os bens essenciais e as propriedades consistentes em volume considerável que possibilitam o exercício do poder e garantem a impunidade ou mesmo a utilização da força. Não se trata de dimensões abstratas tais como capitais simbólicos ou culturais, prestígio ou *status*, e sim elementos objetivos (meios de produção, ativos, dinheiro, propriedades, patrimônio) em grande quantidade, assegurando o domínio nas múltiplas correlações de força existentes nas esferas econômica, política e social” (CATTANI, 2007, p. 81).

correntes do conceito de gênero. Embora no Brasil e no mundo, a autora mais conhecida dessa corrente seja Judith Butler (1990, 1993, 2004a e b), várias outras teóricas podem ser incluídas nesse grupo, como, por exemplo, Gayle Rubin e Carol Vance (já mencionadas), Adrienne Rich (2007), a bióloga feminista Anne Fausto-Sterling (1993, 2000), Secwik (1990), Elizabeth Grosz (1994), entre outras. (ALVES; CORRÊA, 2009, p. 129).

É importante ressaltar que os autores que fundamentam essas discussões têm contribuído para o aprofundamento da temática, em especial a discussão sobre a desigualdade de gênero. Neste texto, esse conceito ajuda a identificar as formas de desigualdade inerentes aos discursos, pretéritos e presentes, no país e região. Pontua-se que as desigualdades entre homens e mulheres estão potencializadas nas outras desigualdades, tais como as sociais e econômicas.

Cabe lembrar que não foi exatamente uma tarefa simples legitimar, no campo de população e desenvolvimento, gênero como moldura conceitual adequada para analisar as desigualdades entre homens e mulheres, ou mesmo o reconhecimento de que essas desigualdades são cruzadas e potencializadas por outras desigualdades sociais e econômicas – de classe, raciais, étnicas, de geração ou capacidades. O passo seguinte é, portanto, reconhecer que as desigualdades sociais, inclusive de gênero, são também atravessadas pelos efeitos de discriminação, exclusão e estigma das hierarquias da sexualidade que decorrem da heteronormatividade como ideal prescritivo. (ALVES; CORRÊA, 2009, p. 132).

Outro aspecto relevante é o papel das políticas estatais no que tange à questão da desigualdade de gênero em detrimento dos discursos inerentes à vida de todos aqueles que integram a sociedade daqui e de lá, com especial alusão à região latino-americana. É importante registrar que as políticas estatais têm colaborado para a percepção da sociedade na busca de uma legitimidade e visibilidade no discurso público.

[...] É importante lembrar que muitas dessas transformações transcorreram à revelia de políticas estatais, estando mais bem associadas a processos socioculturais – como no caso das mudanças observadas nos padrões de fecundidade –, ou mesmo pela lógica do mercado, pois tudo sugere que o mercado de trabalho privado tenha se ajustado mais rapidamente aos novos padrões de gênero do que as instituições políticas (estatais). E, como já foi dito anteriormente, muitas dessas transformações só tiveram lugar porque, ao longo das últimas três ou quatro décadas, uma agenda política renovada de promoção da igualdade entre os gêneros foi construída no próprio tecido social e ganhou legitimidade e visibilidade no discurso público. (ALVES; CORRÊA, 2009, p. 208-209).

Para concluir a apresentação dos conceitos, reflete-se sobre o que significa a “desigualdade sociocultural” na sociedade posta, como salientam Netto e Braz (2008). Para situá-la no processo de humanização extremamente desigual, faz-se necessário entender que:

[...] até hoje, o desenvolvimento do ser social jamais se expressou como o igual desenvolvimento da humanização de *todos os homens*; ao contrário: até nossos dias, o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma *humanização extremamente desigual* – ou, dito de outra maneira: até hoje, o processo de humanização tem custado o sacrifício da maioria dos homens. Somente numa sociedade que supere a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais pode-se pensar que todas as possibilidades do desenvolvimento do ser social se tornem acessíveis a todos os homens. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 46, grifos dos autores).

O que preconizam os autores é a possibilidade de se superar a perspectiva de desigualdade na sociedade capitalista. Isso significaria que não seria possível pensar em igualdade na sociedade capitalista? Essa questão merece ser tratada com mais vagar, o que será feito ainda neste texto.

3 O CAPITALISMO MONOPOLISTA E O ESTADO NA COMPREENSÃO DAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOCULTURAL

Para se analisar as políticas de redução da desigualdade sociocultural, faz-se necessário, como enuncia Netto (2006), buscar, à luz da materialidade histórica, da totalidade histórica, as questões macroeconômicas definidas e fundadas no/pelo capitalismo monopolista.

A categoria capitalismo monopolista é essencial para esta discussão. Analisada no texto de Netto (2006), ela contribui para se aprofundar a compreensão do fundamento da sociedade estudada, já que o autor procura entendê-la da perspectiva do movimento de passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Aqui a ênfase será dada a essa segunda etapa, a monopolista.

Adotando-se a perspectiva da totalidade a ser apreendida, é preciso entender essa fase como aquela que se instalou em um novo perfil de ordenamento da produção, o que levou a uma divisão internacional do trabalho, contradição máxima da socialização da produção, e a uma apropriação privada internacional do trabalho que ficou controlada por grupos monopólicos. Assim, para garantir a maximização de lucros, foi necessária uma intervenção e uma *refuncionalização* do poder que o Estado deveria exercer no setor econômico. Como explicita Netto (2006, p. 24):

[...] o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos

de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. [...] O mais significativo, contudo, é que a solução monopolista – a maximização dos lucros pelo controle dos mercados – é immanentemente problemática: pelos próprios mecanismos novos que deflagra, ao cabo de um certo nível de desenvolvimento, é vítima dos constrangimentos inerentes à acumulação e à valorização capitalistas. Assim, para efetivar-se com chance de êxito, ela demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado.

No capitalismo monopolista, a intervenção do Estado modificou-se, colocando em discussão a categoria Estado. Netto (2006) destaca que o Estado, nessa fase, mudou funcional e estruturalmente o traço intervencionista. A intervenção política estatal, na fase monopolista do capital, imbrica-se organicamente com suas funções econômicas:

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente [...] da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal [...] é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. (NETTO, 2006, p. 25).

Ao se sugerir a compreensão do papel do Estado, entende-se que o crucial é superar a visão de que ele seria um ente capaz de funcionar independentemente das outras relações que se estabelecem no âmbito da totalidade histórica. O autor apresenta as funções diretas e indiretas que compuseram a *refuncionalização* do Estado, tornando-o um organizador e um operador da economia, um administrador dos ciclos de crise do capitalismo monopolista e um comitê executivo da burguesia monopolista, que “[...] opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (NETTO, 2006, p. 26).

Desse modo, o autor apresenta algumas ações do Estado para manter o capital monopolista, tais como: socialização dos custos ou transferência dos recursos sociais e públicos para os monopólios; asseguramento e regulação contínua da reprodução e da manutenção da força de trabalho em níveis determinados de consumo, tornando-a disponível para a ocupação sazonal; instrumentalização de mecanismos gerais que garantam sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, 2006).

Para assegurar o sucesso de tais medidas, o Estado organizou um consenso para legitimar seu próprio desempenho, ou seja, *perpetuou-se a noção de Estado democrático*:

[...] o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo

democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tencionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária. (NETTO, 2006, p. 29).

Diante da compreensão de que o Estado criou consensos, intitulou-se democrático para alcançar as demandas da burguesia monopolista e consolidar a política do movimento operário, bem como manteve a natureza do capital, pode-se destacar que a *Questão Social como objeto de investigação do Estado põe-se como alvo de políticas sociais*. Esse é, portanto, o momento de se apresentar mais uma categoria – as Políticas Sociais. Como aponta Netto (2006, p. 29-30):

[...] No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a ‘questão social’ como que se internaliza na ordem econômico-política: não é apenas o acrescido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção ‘socializada’; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições gerais para a produção capitalista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais); articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando ao mesmo tempo em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe.

As ideias que se seguem são aprofundadas à medida que as categorias de José Paulo Netto vão auxiliando no enfrentamento de questões ainda não resolvidas. Dentre elas, citam-se as teses propostas pelo ideário neoliberal, as quais defendem as liberdades individuais, questionando a interferência do Estado, e, mais especificamente, aquelas que se referem às políticas sociais destinadas a minimizar as desigualdades sociais gestadas no âmbito das relações postas na divisão social do trabalho característica do modo de produção capitalista e da acumulação do capital por parte das classes privilegiadas.

O Estado não deve ser responsabilizado em relação aos direitos de todo cidadão, inclusive com caráter universal e padronizado. Reduzindo suas responsabilidades, o Estado as transfere para a sociedade civil, entendendo-as como livre escolha, ou seja, liberdade individual e de livre mercado. Assim, devem-se descentralizar as ações do Estado, articular a iniciativa privada e incentivar que “todos”, por seus próprios méritos e possibilidades, encontrem lugar adequado na estrutura social.

Faz-se necessário salientar que não se pretende apenas criticar a sociedade capitalista, mas compreender como construir direitos por meio da tentativa de se eliminar a desigualdade e de se propor a redemocratização da estrutura social; entender como o cidadão brasileiro pode competir na nova ordem mundial nos tempos de globalização. Sabe-se aqui que esse debate precisa ser reformulado. Netto (2006, p. 30), por exemplo, enfatiza que o Estado realizou as políticas sociais com o intuito de focar as questões sociais para atender aos anseios do capital:

[...] Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da 'questão social' de forma a atender às demandas da ordem monopólica, conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes.

A preocupação com a questão social, bem como com as políticas sociais destinadas a atendê-la, incidiu nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho (NETTO, 2006). Desse modo, concentrando-se na questão social, a intervenção estatal fragmentou-a e parcializou-a. O autor afirma que houve desvio da lógica social, pois a questão social é atacada em suas refrações, em suas sequelas apreendidas como problemáticas, cuja natureza totalizante, se assumida, conseqüentemente impediria a intervenção. Há, portanto, *categorização dos problemas sociais* e dos seus vulnerabilizados.

Destaca-se que a funcionalidade e a concretização da política social são variáveis das lutas de classes no âmbito do capitalismo monopolista: “[...] De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos” (NETTO, 2006, p. 33).

O tratamento dado pelo Estado ao intervir nos problemas sociais decorreu de uma *inflexão na concepção de público e privado*. Netto (2006) afirma que o significado da ação estatal na questão social tornou-se complexo e desdobrou-se.

Apresenta-se aqui outra categoria – o Direito Social. *O conceito de direito social passou a ser analisado com base no ethos individualista*, componente indissociável do liberalismo econômico e político: “[...] nas condições da idade do monopólio, o caráter público do enfrentamento das refrações da questão social incorporou o substrato individualista da tradição liberal, ressitua-o como elemento subsidiário no trato das sequelas da vida social burguesa” (NETTO, 2006, p. 35). Tais ideias foram apregoadas: o destino pessoal é função do indivíduo, o

fracasso e o êxito dependem do esforço do sujeito individual. Ocorre, nas análises apontadas, uma redefinição do público e do privado:

[...] o que se passa é que a incorporação do caráter público da questão social vem acompanhada de um esforço da aparência da natureza privada das suas manifestações individuais. Ocorre como que uma redefinição do público e do privado [...], que atende tanto à invasão de todas as instâncias sociais pela lógica monopólica quanto à conservação de âmbitos onde se movem vetores contabilizados à órbita individual – dando naquele circuito que promove a polarização da esfera social e da esfera íntima. Ou seja, *as refrações da questão social são deslocadas para os espaços de responsabilidade dos sujeitos individuais que as experimentam*. (NETTO, 2006, p. 36, grifo nosso).

Visualiza-se aqui uma refração da *questão social em problemas sociais* que são vistos pela *ótica da individualização*: “[...] transfiguram-se os problemas sociais em problemas pessoais (privados)” (NETTO, 2006, p. 36). O autor aponta que tal aspecto é decorrente da própria lógica de acumulação e valorização do capital monopolista:

[...] a organização monopólica da vida social tende a preencher todos os interstícios da vida pública e da vida privada; a subordinação ao movimento do capital deixa de ter como limites imediatos os territórios da produção: a tendência manipuladora e controladora que lhe é própria desdobra os campos que até então ocupara (no capitalismo concorrencial), domina estrategicamente a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental para penetrar a totalidade da existência dos agentes sociais particulares. (NETTO, 2006, p. 38-39).

O cotidiano passa a ser administrado, dominado pelo capital. Há um processo de mercantilização universal das relações sociais, as interações humanas são monetarizadas, o privado é metamorfoseado em terreno estrito do individual. Como há a tendência de *psicologizar a vida social e as relações sociais* (NETTO, 2006), o indivíduo acaba por acatar o atendimento aos serviços referentes à questão social; aparentemente, cria-se um imaginário de cuidados prestados, o que desencadeia, na personalidade do sujeito, um falso valor como unidade singular (NETTO, 2006).

Netto (2006) descreve as características da vertente conservadora sobre o *pensar o social*. Nessa vertente, predomina o *positivismo*, que desencadeou uma naturalização da sociedade como princípio para as exigências do estado burguês:

[...] ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social, que só pode ser encontrada na esfera moral. Naturalizada a sociedade, o específico do social tende a ser situado nas suas dimensões ético-morais – e eis que se franqueia o espaço para a psicologização das relações sociais. (NETTO, 2006, p. 45).

Nessa ótica, a questão social é tida como *externa* às instituições da sociedade burguesa – ela deriva não de sua dinâmica e estrutura, mas de um conjunto de dilemas mentais e morais; logo, a proposta terapêutica não pode ser senão “uma reorganização espiritual”, a fim de manter um *controle social*: a essência de tal controle efetivo e operante encontra-se na *esfera moral* (NETTO, 2006), ou seja, na denominada *moralização da questão social*.

Ao encerrar suas análises, Netto (2006) afirma que o tratamento dado à questão social no capitalismo monopolista foi modelado pela concepção conservadora que visou a atender aos afetados pelas refrações da questão social como individualidades sociopáticas. Ocorre, portanto, uma conversão dos problemas sociais em *patologias sociais*. Entretanto, a dinâmica do processo social não opera senão nos espaços das lutas de classes, com seus sujeitos histórico-sociais em movimentos concretos. Assinala-se, como ponto de partida para as análises sobre a questão social e a política social, que estas devem ser compreendidas diante de rigor metodológico à luz do materialismo histórico. Paulo Netto (2006) dá uma lição sobre esse desafio.

Essa questão, tratada por último, mas não menos importante, é o fundamento principal deste texto. Entende-se que, com base na moralização da questão social, pode-se analisar a redução da desigualdade sociocultural na América Latina.

4 COMO PENSAR NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOCULTURAL NA REGIÃO LATINO-AMERICANA?

A região tem enfrentado condições de desigualdade social desde que se instituiu como um ambiente de risco, como sugere Kliksberg (2002) ao defini-la como pobre, desigual e com uma perspectiva de solucionar os problemas sociais independentemente do Estado. Ressalta-se que os países que a compõem têm no seu desenvolvimento histórico condições diferenciadas de constituição e em seu resultado é factível perceber que a pobreza é encontrada de forma bastante substancial. Essa condição de existência funda-se na ideologia que subsidia os Estados e suas formas de governo.

A discussão sobre a pobreza não é nova nas críticas forjadas pelos teóricos nacionais e internacionais. Essa questão aparece em alguns deles, como Arroyo (2010), Melo (2005), Mézáros (2008) e Netto e Braz (2008). Alguns pontos fundamentais poderão ser discutidos com

base nesses autores: a relação entre a agenda da terceira via e a pobreza na região; a relação entre educação e desigualdade; a humanização extremamente desigual; a desigualdade material e social/política; e a igualdade substantiva.

Acredita-se que é primordial salientar as afirmações de Melo (2005), ao considerar que os principais responsáveis pela condição de pobreza são os próprios pobres. Segundo o autor, para solucionar essa equação, o Banco Mundial (BM) sugere programas focalizados, o empoderamento dos indivíduos, bem como o aumento da segurança para a manutenção da propriedade privada.

A nova definição de pobreza articula-se diretamente à agenda da Terceira Via, no sentido de que '[...] a pobreza é agora vista como a incapacidade de alcançar os padrões básicos de nutrição, saúde, educação, meio ambiente e participação nas decisões que afetam a vida de pessoas de baixa renda' (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 4). Assim, a pobreza e o aumento da desigualdade social acabariam sendo responsabilidade e culpa não só de países, mas também de indivíduos incapazes de, em um mundo cheio de possibilidades, informar-se e participar. A incorporação dos pobres à 'comunidade do desenvolvimento' se daria a partir de programas de incentivo e promoção de oportunidades (programas focalizados para os mais carentes), facilitação do empoderamento (estimulando a estabilidade de regimes democráticos participativos) e aumento da segurança (de manutenção da propriedade, não necessariamente do emprego). (MELO, 2005, p. 76-77).

Além dos encaminhamentos do BM, cabe citar a perspectiva indicada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), analisada por Melo (2005) ao tratar do papel das reformas nos países da periferia. A indicação é a de que a desigualdade se justifica por não se garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Nesse sentido:

Para o FMI, é a falta de estabilidade dos países na condução da implantação das reformas que acarreta níveis crescentes de desigualdade, provocando o 'não-crescimento econômico' associado ao 'não-desenvolvimento social'. Seguindo as propostas fundamentais do neoliberalismo da Terceira Via, a intenção mais direta entre os projetos e condução do Estado em seu sentido estrito com as demandas da população desloca o foco das causas da desigualdade social da esfera econômica para a esfera social, responsabilizando as comunidades locais e a própria população pelo não-cumprimento das reformas. Se na população está a causa dos problemas, na população também poderiam estar suas soluções. (MELO, 2005, p. 80).

Para solucionar a questão da pobreza, prevalecem as reformas para e pela população a partir das comunidades locais. Fica claro que os problemas são pensados e concretizados localmente sem relação alguma com o que é global, ou seja, com a perspectiva de que a pobreza não é algo vinculado apenas à região, mas tem se estabelecido no mundo todo.

A relação entre a educação e a desigualdade é outra questão a ser considerada nesta discussão. Não se pode desvinculá-la dos coletivos instituídos na sociedade capitalista, portanto estes se constituem como desiguais a partir da realidade a que são expostos. Seria fundamental reagir às diferentes armadilhas que se fundam a partir das concretudes do momento histórico vivido na região.

Sobretudo essa relação (educação e desigualdade) tem de ser retomada em um quadro social, político e cultural novo: as vítimas das nossas históricas desigualdades sociais, étnicas, raciais, de gênero, campo, periferias se fazem presentes, afirmativas, incômodas, não apenas nas escolas, mas na dinâmica social e política. A relação educação-desigualdades, tão abstrata e genérica, exige ser recolocada na concretude dos coletivos feitos desiguais, reagindo às desigualdades e se apresentando e afirmando como sujeitos políticos, de políticas, de afirmações positivas. (ARROYO, 2010, p. 1385).

Como já se tratou da questão da possibilidade de se pensar na igualdade nesta sociedade, vale aprofundar a questão como outro ponto do debate. Entende-se que essa questão merece ser abordada com muita cautela, no entanto acredita-se que não haja resposta suficiente para explicá-la. A garantia da igualdade está baseada na superação da sociedade de classes. Quanto à discussão dessa questão, já foram citados Netto e Braz (2008) na primeira unidade deste texto. Cabe fundamentar esse debate com a opinião de outro teórico, como segue:

De modo semelhante, o significado da *igualdade substantiva* só pode transformar-se de um *princípio orientador* geral válido em uma *realidade social* criativamente sustentável e humanamente enriquecedora – e na correspondente identificação positiva e sem reservas dos membros da sociedade com as *determinações de valor* subjacentes e sua genuína justificação – por meio da autotransformação da educação como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista. Uma forma de educação que deve ser capaz não apenas de confrontar e retificar conscientemente as relações socio-reprodutivas estruturalmente resguardadas e fatalmente prejudiciais da *desigualdade material e social/política* herdadas do passado, mas de superar, ao mesmo tempo, a força mistificadora profundamente engastada da antiquíssima *cultura da desigualdade substantiva* que ainda permeia a consciência social. (MÉSZÁROS, 2008, p. 104-105, grifos do autor).

Acredita-se que a discussão proposta por Mézáros (2008) auxilia a demonstrar o papel da educação no que tange à questão da desigualdade/igualdade. Não será qualquer educação que irá dar conta da igualdade necessária à sociedade que se quer, ou seja, da sociedade que se necessita para além da capitalista. Para o autor, a educação socialista só poderá cumprir seu preceito histórico garantindo os objetivos transformadores abrangentes essenciais para o seu

horizonte temporal adequado. Isso significa a garantia de que não se pode deixar sua plena realização para o futuro, ou mesmo para longo prazo.

[...] Ao contrário, é uma característica proeminente dos problemas que devem ser confrontados no curso da transformação socialista que as tarefas imediatas não possam ser separadas e convenientemente isoladas dos desafios de longo prazo e mais abrangentes, muito menos opostas de maneira autojustificada – como no passado – a eles. Os próprios problemas são tão estreitamente entrelaçados, em virtude do caráter histórico único da mudança estrutural onibrançante exigida, que a ação referente até mesmo aos mais distantes objetivos transformadores *plenamente realizáveis* – como, por exemplo, a instituição da igualdade substantiva em todos os lugares, no sentido mais pleno do termo – não pode ser deixada para alguma data futura remota. O caminho que conduz à realização completa da *igualdade substantiva* deve ser tomado hoje, se falamos a sério sobre a efetivação bem-sucedida da atividade inflexível necessária para a instituição e consolidação de uma mudança material e cultural tão radical. (MÉSZÁROS, 2008, p. 113, grifos do autor).

Faz-se necessário desarmar as armadilhas do ideário proposto a partir dos anos 1990 e se conscientizar de que não dizem respeito a processos individuais, morais e psicológicos. Nesse sentido, cabe enfatizar que:

[...] são processos que estão, necessariamente, subordinados à lógica do capital e do mercado, portanto, sujeitos à diferenciação, segmentação e exclusão social, justamente porque são constituídas em relações sociais que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na estrutura da sociedade capitalista. (NOMA; LARA 2009, p. 61).

A partir dessas questões, é preciso cotejar a relação que se estabelece entre o universal e o singular e entender que a desigualdade na região latino-americana e no mundo está materializada em uma configuração estrutural. Nesse sentido, a superação da *cultura da desigualdade substantiva* e a conseqüente possibilidade da *igualdade substantiva* serão possíveis apenas e, tão somente, a partir da reestruturação do sistema capitalista.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D.; CORREA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: ABEP/UNFPA (Org.). *Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo*. Campinas: Abep, 2009. p. 121-223.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010.

BOUDON, R. et al. *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

CATTANI, A. D. Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 74-99, 2007.

KLIKSBERG, B. *América Latina: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social*. Brasília, DF: Unesco, 2002.

NETTO, J. P. As condições histórico-sociais da emergência do serviço social. In: NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 15-51.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

NOMA, A. K.; LARA, A. M. B. Políticas para a educação e diversidade cultural: perspectiva da Unesco para o desenvolvimento. In: CARBELLO, S. R. C.; COMAR, S. R. (Org.). *Educação para o século XXI: múltiplos desafios*. Maringá: UEM, 2009. p. 51-62.

MELO, A. A. S. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, L. M. W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 69-82.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Recebido em 21 de junho de 2016.

Aceito em 14 de agosto de 2016.